



Universidades Lusíada

Nunes, Cristina

Nunes, Lara Ayala

Famílias em risco psicossocial : desafios para a avaliação e intervenção

<http://hdl.handle.net/11067/3544>

<https://doi.org/10.34628/xv29-1959>

Metadados

Data de Publicação	2015
Resumo	As famílias em risco psicossocial enfrentam graves problemas, vivem em contextos carentes de recursos e acumulam múltiplos acontecimentos de vida stressantes. Estas circunstâncias pessoais e contextuais dificultam ou limitam as suas competências parentais, comprometendo a sua capacidade para exercer uma parentalidade adequada e o desenvolvimento dos seus filhos. Neste estudo foram analisadas as características de 209 famílias em situação de risco psicossocial no Algarve. Utilizámos a entrevista ...
Palavras Chave	Famílias disfuncionais
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-IPCE] RPCA, v. 06, n. 1 (Janeiro-Junho 2015)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:25:42Z com informação proveniente do Repositório

**FAMÍLIAS EM RISCO PSICOSSOCIAL:
DESAFIOS PARA A AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO**

**FAMILIES AT PSYCHOSOCIAL RISK:
CHALLENGES FOR ASSESSMENT AND INTERVENTION**

Cristina Nunes

*Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações,
Universidade do Algarve*

Lara Ayala-Nunes

*Universidade de Sevilha e Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações,
Universidade do Algarve*

Contacto para correspondência:

Cristina Nunes

Departamento de Psicologia e Ciências da Educação.

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Universidade do Algarve. Campus de Gambelas. 8005-139 Faro.

csnunes@ualg.pt

Resumo: As famílias em risco psicossocial enfrentam graves problemas, vivem em contextos carentes de recursos e acumulam múltiplos acontecimentos de vida stressantes. Estas circunstâncias pessoais e contextuais dificultam ou limitam as suas competências parentais, comprometendo a sua capacidade para exercer uma parentalidade adequada e o desenvolvimento dos seus filhos. Neste estudo foram analisadas as características de 209 famílias em situação de risco psicossocial no Algarve. Utilizámos a entrevista estruturada de Apoio Social de Arizona, a escala de Apoio Social para Situações Vitais Estressantes, a Escala de Competências Parentais Percebidas, o Inventário de Situações Estressantes e de Risco e um questionário de dados sociodemográficos. Observámos uma elevada precariedade económica e laboral e um nível educativo muito baixo. Os participantes sofreram nos últimos três anos um número importante de

acontecimentos de vida estressantes com elevado impacto emocional. Quanto à rede de apoio social, relataram maiores necessidades emocionais do que tangíveis ou informativas. Os profissionais das instituições foram mencionados como fontes de apoio em raras ocasiões. No entanto, devem destacar-se alguns pontos fortes que podemos considerar características protetoras, tais como um sentimento moderado de eficácia e satisfação com o papel parental, o tamanho da rede social de apoio, a estrutura, estabilidade e tamanho médio das famílias.

São discutidas as principais necessidades de apoio e as áreas de intervenção a serem tomadas em consideração pelos profissionais.

Palavras-chave: Família, risco psicossocial, parentalidade, preservação familiar, infância.

Abstract: Families at psychosocial risk generally face serious problems, live in deprived contexts and tend to accumulate multiple stressful life events. These circumstances hinder their parenting competences and compromise their ability to provide appropriate parenting, consequently jeopardizing children's development. In this study, we analyzed the characteristics of 209 families at psychosocial risk from the Algarve. We used the Arizona Social Support Interview Schedule, the scale of Social Support for Stressful Life Situations, the Parental Sense of Competence, the Inventory of Stressful and Risk Situations, and a socio-demographic questionnaire. Results showed that the majority of participants lived under a precarious economic and occupational situation, and had a low educational level. In the last three years, they had suffered an important amount of stressful life events which have had a high emotional impact on them. They referred to be in a greater need for emotional support than other types of social support. Workers from institutions were seldom mentioned as a source of social support. However, there are some characteristics that may be considered as protective factors, such as a moderate sense of parental efficacy and satisfaction with the parenting role, a normative social support network size and the family structure, stability and size.

We discuss their main support needs and the intervention areas that should be taken into account by professionals.

Key-words: Family, psychosocial risk, parenting, family preservation, childhood.

Introdução

Ser pai e mãe significa encetar um projeto vital que implica um forte investimento pessoal e emocional e dar-lhe conteúdo durante todo o processo

de crescimento dos filhos. A família assegura a sobrevivência e o crescimento saudável das crianças, cria relações de apego, estimula-as para torná-las capazes de se relacionarem de forma competente com o seu meio, e promove a sua socialização (Palacios & Rodrigo, 1998).

Todavia, existem muitos contextos familiares que não suprem adequadamente as necessidades básicas dos menores, o que compromete o seu desenvolvimento e a sua integridade física e psicológica (López, 2008). Fatores como a monoparentalidade, o baixo nível educativo, a precariedade económica e viver numa zona insegura dificultam a tarefa de ser pai e mãe (Rodrigo, Martín, Cabrera & Máiquez, 2009). Referimo-nos a estes contextos familiares como famílias em risco psicossocial, porque as adversidades que sofrem – precariedade económica e laboral, violência doméstica, acontecimentos de vida stressantes, entre outros - comprometem frequentemente a sua capacidade para garantir a saúde e o desenvolvimento dos seus filhos, sem todavia alcançar um nível de gravidade suficiente que justifique a terminação dos direitos parentais (Hidalgo, Menéndez, Sánchez, Lorence, Jiménez, 2009; Rodrigo, Máiquez, Martín, & Byrne, 2008).

Nas últimas décadas, os sistemas sociais de proteção à infância e às famílias mudaram de uma perspetiva assistencial para uma perspetiva centrada na preservação e fortalecimento familiar. Neste sentido, é crucial analisar as trajetórias vitais dos adultos, as suas relações interpessoais e circunstâncias contextuais, não só para conhecer com maior profundidade a dinâmica familiar, mas também porque a eficácia das intervenções depende em grande parte do grau em que se ajustam às necessidades destas famílias.

Desde a crise financeira mundial de 2008, o aumento do desemprego e as medidas de austeridade, que se traduziram numa redução salarial e das ajudas sociais, estão a ter um impacto importante nas famílias portuguesas, sendo as crianças as mais afectadas. Estes dados são tanto mais preocupantes em quanto consideramos que a pobreza e o desemprego estão associados ao aumento da incidência do maltrato infantil (Azar, 2002) e as consequências perniciosas que a deprivação material tem para o desenvolvimento (Brooks-Gunn & Duncan, 1997).

Todavia, existem algumas características individuais e contextuais que podem mitigar parcialmente os efeitos negativos desta adversidade. Por exemplo, alguns estudos mostram que as competências parentais percebidas atuam como uma variável mediadora ou moderadora dos fatores de risco associados com o funcionamento parental, como a depressão materna e o temperamento difícil da criança (Jones & Prinz, 2005).

Numa meta-análise sobre os fatores protetores que contribuem para a resistência das famílias, Benzies e Mychasiuk (2009) identificaram a eficácia percebida e o apoio social, entre outros, como fatores que promoviam a resistência das famílias face às adversidades. Também Armstrong, Birnie-Lefcovitch e Ungar (2005) consideram o apoio social recebido pelos pais como uma variável

mediadora entre os fatores de risco e as características ambientais e individuais dos pais e da criança e os resultados proximais (o bem-estar emocional dos pais e a qualidade da parentalidade) e distais (o funcionamento familiar e a resistência da criança).

Tendo em conta a importância de compreender de forma aprofundada as características das famílias em risco psicossocial para conseguir desenhar intervenções e programas eficazes de prevenção de maltrato infantil, este estudo o objetivo geral de estabelecer um perfil das famílias em risco psicossocial no Algarve, de forma a fundamentar as intervenções dos serviços públicos. Para alcançar este objetivo, propomo-nos caracterizar estas famílias quanto a 1) Dimensões sociodemográficas familiares, educativas e laborais; 2) Acontecimentos de vida negativos (AVN); 3) Apoio social e 4) Competências parentais percebidas.

Metodologia

Participantes

Este estudo contou com 209 participantes (160 mulheres e 49 homens), com uma idade média de 37,18 anos ($DP = 9,16$; $Mín. = 16$; $Máx. = 70$). O nível educativo era predominantemente baixo (57,42% não tinha completado o ensino básico). Apenas uma pequena parte dos participantes (5,26%) era imigrante. A maioria das famílias (89,95%) eram estáveis, isto é, não tinha sofrido alterações recentes na sua composição.

Procedimento

Participaram mães e pais cujos filhos eram seguidos por instituições que atendem menores em risco psicossocial (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens do Algarve, Associação Uma Porta Amiga, Cruz Vermelha de Faro, Programa para a Inclusão e Cidadania e Direção Geral de Reinserção Social (DGRS). Os critérios de seleção da amostra foram: 1) Ter um filho menor de idade dependente a residir no agregado familiar e 2) Experienciar vários problemas e situações de risco para os menores (por ex.: uma situação laboral e económica precária) que, embora importantes, não alcançassem a severidade suficiente para decretar a separação da criança da família.

Após obter as autorizações das instituições, os participantes que cumpriram os critérios de inclusão foram abordados para participar na investigação pelo técnico da instituição. Posteriormente foi pedido o consentimento informado das participantes que aceitaram colaborar no estudo, salientando a natureza anónima e confidencial das suas respostas aos questionários. Os participantes foram informados de que poderiam abandonar o estudo em qualquer momento sem que isso tivesse qualquer consequência negativa. Não se ofereceu uma recompensa económica pela participação no estudo. Os instrumentos foram aplicados através

de uma entrevista individual com a duração aproximada de 60 minutos por investigadores treinados nas instalações das instituições.

Instrumentos

Dados sociodemográficos: Utilizámos um questionário sociodemográfico que permitiu recolher dados relativos à idade, nível educativo e situação laboral das participantes, composição e estrutura familiar, rendimento familiar e sua procedência.

Acontecimentos de vida negativos: Utilizámos o Inventário de Situações Estressantes e de Risco de Hidalgo e colaboradores (2005). Este inventário é composto por uma lista de 16 eventos stressantes e negativos (por ex.: “Relação conflituosa com os filhos” ou “Ser vítima de maltrato”) que podem ser sucedido ao indivíduo e/ou a pessoas do seu ambiente próximo nos últimos três anos. Este instrumento permite ainda quantificar o impacto emocional destes AVN numa escala de três pontos (de 1 – não me afetou a 3 – afetou-me muitíssimo).

Apoio social: Utilizámos o *Arizona Social Support Interview Schedule* (ASSIS) de Barrera (1980). Este instrumento aplica-se através de uma entrevista semiestruturada e avalia o tamanho e composição da rede de apoio emocional (participação social e sentimentos pessoais), apoio tangível (assistência física e material), e apoio informativo (aconselhamento e feedback positivo), assim como da rede de conflito. Avalia igualmente, numa escala de 1 a 10, as necessidades de apoio e a satisfação com o apoio recebido durante o último mês. Utilizámos ainda a Escala de Apoio Social para Situações Vitais Estressantes de López e colaboradores (2007) para recolher informação sobre o tamanho, composição, necessidades e satisfação com a rede de apoio social em situações stressantes e de risco.

Competências Parentais Percebidas. Utilizámos a versão portuguesa, adaptada a famílias em risco psicossocial de Nunes, Jiménez, Menéndez, Ayala-Nunes e Hidalgo (2014) do *Parental Sense of Competence* de Johnston e Mash (1989). Esta versão mede a competência parental percebida como progenitor através de três dimensões: a Eficácia (6 itens), a Insatisfação com o papel parental (4 itens) e Controlabilidade da tarefa educativa (4 itens), numa escala de 1 a 6 (1 = “não, totalmente em desacordo” e 6 = “sim, totalmente de acordo”). Neste estudo os índices de fiabilidade foram de $\alpha = ,75$ para a subescala de Eficácia, $\alpha = ,60$ para a subescala de Insatisfação e $\alpha = ,53$ para a subescala de Controlabilidade.

Resultados

Dimensões sociodemográficas

Na sua maioria, os participantes era casados ou viviam em união de facto (78,95%), sendo que 76,56% das famílias era biparental, tratando-se em 29,19% dos

casos de famílias reconstituídas. Quanto à composição familiar, os agregados eram constituídos em média por 4,47 membros ($DP = 1,54$; $Mín. = 2$; $Máx. = 10$), dos quais 2,08 eram menores de idade ($DP = 1,14$; $Mín. = 1$; $Máx. = 6$). Em 19% dos casos, os participantes viviam em lares sobrelotados (i.e., com menos de 15m² por membro). No que diz respeito à situação laboral, apenas 42,58% dos participantes se encontrava empregado no momento da investigação. Destes, 66,67% tinha contrato de trabalho e 78,35% possuía um trabalho estável. A maioria dos trabalhos (67,01%) era de baixa qualificação.

Os participantes tinham um rendimento familiar mensal médio de 946,23€, embora se tenha verificado uma grande variabilidade nesta dimensão ($DP = 493,94$; $Mín. = 126$; $Máx. = 2.500$). Estes rendimentos provinham, na maioria dos casos, do trabalho do pai e da mãe da família (61,72% e 55,98%, respetivamente), do abono familiar (64,11%) ou de algum tipo de prestação social, como o Rendimento Social de Inserção (31,10%). É de referir que em 30,20% das famílias, os rendimentos não eram estáveis. A precariedade económica na qual vivia a maioria dos participantes é notável: mais de metade das famílias (60,40%) vivia na pobreza. Tratava-se de pobreza moderada em 32,04% dos casos (i.e., os participantes possuíam rendimentos anuais por pessoa inferiores a 60% da média do país).

Acontecimentos de vida negativos

Como podemos observar na figura 1, os AVN mais frequentes que os participantes tinham sofrido nos últimos três anos foram problemas económicos (54,26%), problemas laborais (45,74%), diagnóstico de doença mental (31,78%), problemas com a justiça (ex: detenções ou julgamentos) (31,40%), tomar conta de um familiar (29,84%) e conflito conjugal (29,46%). No caso dos familiares próximos dos participantes, os AVN mais comuns foram problemas económicos (49,61%), problemas com a justiça (45,35%), situação laboral instável (43,41%) e diagnóstico de doença mental (41,47%).

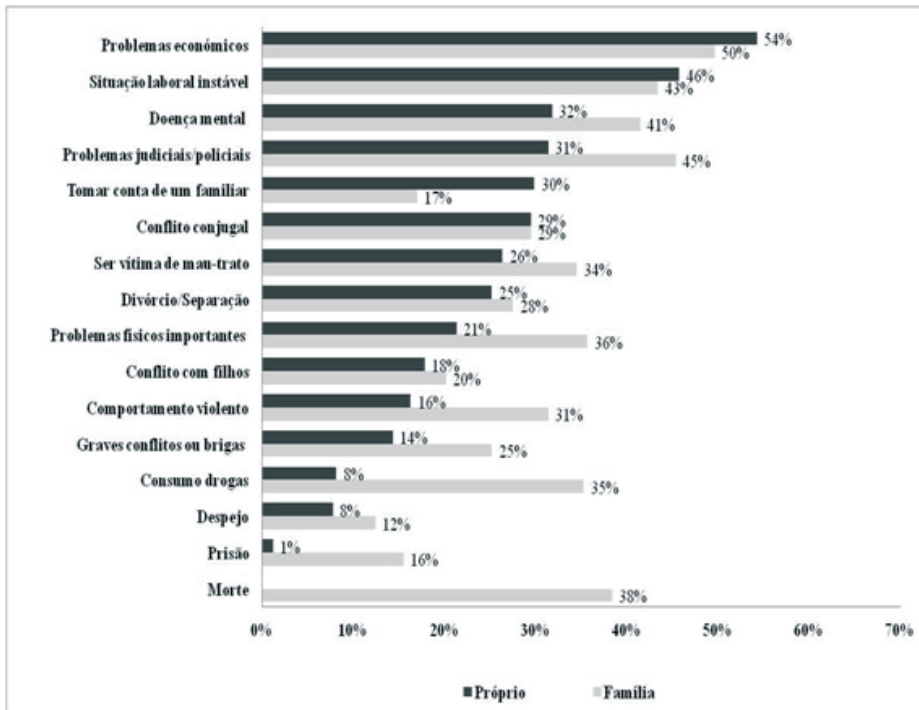


Figura 1. Acontecimentos de vida negativos sofridos durante últimos três anos

O impacto emocional dos AVN relativos ao próprio foi em média de 2,46 ($DP = 0,54$) e os relativos à família de 2,43 ($DP = 0,45$). Os AVN relativos ao próprio com maior impacto emocional foram: Despejo ($M = 2,90$; $DP = 0,31$), Maltrato na adultez ($M = 2,69$; $DP = 0,53$) e Problemas económicos ($M = 2,68$; $DP = 0,58$). Os AVN relativos à família com maior impacto emocional nos participantes foram: Morte ($M = 2,62$; $DP = 0,68$), Consumo de drogas ($M = 2,59$; $DP = 0,72$) e Problemas económicos ($M = 2,53$; $DP = 0,70$).

Apoio social

Tamanho da rede

Os participantes contavam, em média, com quase sete pessoas na sua rede de apoio social total ($M = 6,67$; $DP = 3,08$; $Mín. = 1$; $Máx. = 20$). No que diz respeito aos tipos específicos de apoio, a rede mais extensa era a de apoio emocional (i.e., pessoas com quem podiam contar para falar sobre os seus sentimentos e/ou ter momentos de convívio e lazer), constituída por uma média de 4,12 pessoas ($DP = 2,08$; $Mín. = 0$; $Máx. = 12$). A segunda rede mais extensa era a de apoio informativo (i.e., pessoas que lhes ofereciam conselhos e/ou *feedback*), constituída por 3,84

membros ($DP = 2,72$; $Mín. = 0$; $Máx. = 19$). A rede tangível (i. e., apoio material e/ou ajuda física) era mais reduzida que as duas anteriores, sendo composta por 3,14 pessoas ($DP = 1,58$; $Mín. = 0$; $Máx. = 8$). No que respeita à rede de risco - pessoas com as quais os participantes poderiam contar caso tivessem um problema muito grave - estava composta por 2,78 membros ($DP = 1,97$; $Mín. = 0$; $Máx. = 13$). Por último, a rede de conflito (i.e., pessoas com as quais os participantes costumavam ter discussões ou desgostos) estava formada por 1,83 pessoas ($DP = 1,38$; $Mín. = 0$; $Máx. = 8$).

Composição da rede

Os filhos menores de idade foram mencionados como fontes de apoio emocional e/ou informativo pela maioria dos participantes (54,55%). O cônjuge formava parte da rede de apoio para 70,33% dos participantes, enquanto que algo mais dum quarto dos participantes (31,10%) mencionou profissionais (ex: psicólogo, assistente social, advogado, professor dos filhos) como membros da rede de apoio social, principalmente na rede informativa (17,60%).

A maioria dos participantes (52,66%) tinha uma rede de apoio emocional composta por familiares e não familiares (ex.: amigos, colegas de trabalho, vizinhos); enquanto que na rede tangível a maior parte dos participantes (48,56%) mencionou apenas os familiares como fontes de apoio. A rede informativa tinha uma composição mais equilibrada, uma vez que os familiares (35,58%), familiares e não familiares (33,17%) e os profissionais (26,99%) tinham um peso semelhante na mesma.

No que concerne a rede de risco, a maioria dos participantes (52,45%) referiu contar apenas com familiares para os assistirem em situações graves. A rede de conflito estava composta, principalmente, pelos filhos (38,42%) e pelo cônjuge (32,11%) dos participantes.

Necessidade e satisfação com apoio

O tipo de apoio que os participantes referiram ter precisado mais no último mês foi o apoio emocional (6,20), seguido do apoio tangível (5,17) e informativo (5,05). Os níveis de satisfação com o apoio recebido no último mês foram geralmente elevados, superando a pontuação da necessidade e semelhantes para os três tipos de apoio recebido (7,44 para apoio emocional, 7,19 para apoio informativo e 7,13 para apoio tangível).

Competências Parentais Percebidas

No que concerne as Competências Parentais Percebidas, os participantes obtiveram pontuações médias de 28,68 na subescala Eficácia, 10,51 na subescala Insatisfação e 13,11 na subescala Controlabilidade. Tendo em conta que a

pontuação mínima e máxima neste instrumento para a Eficácia, Insatisfação e Controlabilidade é de 6-36, 4-24 e 4-24 pontos, respectivamente, podemos afirmar que, em média, os participantes do estudo possuem a um nível médio-alto de eficácia percebida enquanto progenitor, um baixo sentimento de insatisfação com o papel parental e um sentimento moderado de controlabilidade da tarefa. No que diz respeito à comparação individual das pontuações obtidas nas duas subescalas (efectuada dividindo a pontuação obtida em cada subescala pelo número de itens que a compõem), os participantes obtiveram pontuações mais elevadas na Eficácia (4,78), do que em Controlabilidade (2,18) ou Insatisfação (1,75). Observaram-se relações estatisticamente significativas ($p < 0,05$) entre as três subescalas: os participantes que se sentiam mais eficazes na tarefa de educar os seus filhos estavam mais satisfeitos com o papel parental e sentiam esta tarefa como mais controlável (Tabela 1).

Tabela 1. Índices de correlação e medidas de tendência central da escala de competências parentais percebidas ($N = 209$)

	Eficácia	Insatisfação	Controlabilidade
Eficácia	-	-0,163*	0,25***
Insatisfação	-	-	-0,39***
Controlabilidade	-	-	-
<i>M (DP)</i>	28,68 (5,03)	10,51 (4,51)	13,11 (4,09)
<i>Mín. - Máx.</i>	14 - 36	4 - 23	4 - 23

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

Discussão

Este estudo teve como objetivo principal traçar o perfil sociodemográfico dos pais e mães algarvios de famílias em risco psicossocial. De forma geral, observámos uma marcada precariedade económica, educativa e laboral; os indicadores sociodemográficos confirmam que se trata de um grupo social especialmente vulnerável, com condições de vida que têm um impacto negativo no desenvolvimento das crianças (Brooks-Gunn & Duncan, 1997). Estes resultados vão de encontro aos de outros estudos efectuados com famílias em risco psicossocial em Portugal (Macedo, Nunes, Costa, Ayala-Nunes, & Lemos, 2013; Nunes, Lemos, Nunes & Costa, 2013) e em Espanha (Hidalgo et al., 2009; Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín, & Rodriguez, 2006). Não é pois, surpreendente que os problemas económicos e laborais, tanto dos próprios participantes como os da família próxima, sejam os AVN mais frequentemente sofridos nos últimos três anos, e que os problemas económicos tenham tido um forte impacto emocional. Os restantes AVN mencionados pelos participantes, como receber um diagnóstico de doença mental, problemas com a justiça, e conflito conjugal, também são preocupantes, pelas implicações que têm no bem-estar das famílias

e especialmente das crianças e jovens que nelas se desenvolvem. No entanto, algumas características da maioria dos contextos familiares, como a estrutura biparental, estabilidade e o facto de não viverem muitos membros no mesmo agregado poderão ser fatores positivos. Precisam-se de mais estudos que investiguem o potencial papel da estrutura, composição e tamanho familiar nos resultados desenvolvimentais dos menores que crescem em famílias em risco psicossocial.

É ainda de salientar que as famílias não estão isoladas socialmente, dado que o tamanho médio da rede de apoio social não é especialmente pequeno (7 pessoas). Apesar da dimensão da rede ser relativamente normativa, a presença de filhos menores de idade na rede emocional e/ou informativa em mais de metade dos participantes pode ser sintomática de alguma disfuncionalidade do sistema parental e familiar, uma vez que é desejável que sejam os pais que constituam uma fonte de apoio para os filhos, e não o inverso. Em contraste, a presença do cônjuge na rede de apoio da maioria dos participantes é um fator positivo. Para as situações de risco, a rede de apoio é mais reduzida e compõe-se, na maioria dos casos, apenas de familiares. Não podemos afirmar com certeza se este facto se prende com a fraca qualidade das relações com pessoas fora da família ou se a tendência a contar apenas com familiares em situações graves é replicada na população comunitária. Para responder a esta questão seria necessário realizar um estudo de adaptação e validação do instrumento ASSIS à população portuguesa. Tal como no estudo de Menéndez, Hidalgo, Jiménez, Lorence, e Sánchez (2010), os participantes referiram sentir uma maior necessidade de apoio emocional do que outros tipos de apoio. Este resultado aponta para a premente necessidade de dar prioridade ao fortalecimento e ampliação da rede de apoio emocional informal nas intervenções com os pais e mães destas famílias. No entanto, este resultado não deve ser interpretado como um sinal de que as famílias não sentem necessidade de apoio material, sobre tudo se tivermos em conta os dados obtidos relativamente à sua situação financeira.

Quanto às competências parentais percebidas, observámos que os participantes tinham um sentimento médio-alto de eficácia como progenitores, que em média não estavam insatisfeitos com o papel de pai ou mãe e que sentiam a tarefa de educar os filhos como algo moderadamente controlável. O facto de os níveis de competências parentais percebidas dos progenitores provenientes de famílias em risco psicossocial serem algo elevados não corrobora os resultados encontrados na literatura (Elder, Eccles, Ardel, Lord, 1995; Sanders & Woolley, 2005). Porém, estes dados não são tão contraditórios como parecem à primeira vista. Os participantes têm de lidar diariamente com várias adversidades, como a pressão económica e o desemprego. Todavia, o facto de conseguirem criar e educar os seus filhos apesar das dificuldades pode contribuir para aumentar o seu sentimento de eficácia parental. Outra explicação possível é que os participantes no estudo possuam uma visão diferente do que é ser um pai competente daquela partilhada por outros grupos sociais, ou que por uma questão de desejabilidade

social tenham relatado sentir-se mais eficazes do que se sentem na realidade. Podemos também colocar a hipótese de que tenham uma visão algo idealizada das suas competências enquanto pais. No futuro seria interessante comparar a eficácia percebida dos pais com as suas competências parentais avaliadas por observadores externos, de modo a esclarecer estas questões.

O objetivo do estudo esteve ligado à necessidade de fundamentar empiricamente as intervenções dos serviços públicos e dar pistas para os fatores potencialmente modificáveis que devem ser o alvo de intervenção e que têm sido demonstrado que conduzem a resultados positivos para os pais e as crianças. Podemos concluir que para estas famílias seria muito útil beneficiar de programas de educação e apoio parental, especialmente de programas desenhados para aumentar as competências parentais, que potenciassem a interação positiva entre pais e filhos, a redução do stresse parental, a criação de redes de apoio emocional. Sabemos que estes programas têm um elevado potencial para reduzir o nível de risco e maltrato infantil, sobretudo se forem adequados às suas necessidades e cumprirem os seguintes critérios (Hidalgo et al, 2009; Rodrigo, Byrne, & Álvarez, 2012):

- Otimizar o contexto educativo familiar mediante o fomento das competências parentais;
- Promover as competências de todos os membros da família para favorecer o seu desenvolvimento pessoal e social;
- Apoiar as famílias nos momentos de transição, crise ou em situações de adversidade;
- Fomentar a normalização e a integração social;
- Aproveitar os recursos comunitários e promover a coesão social;
- Contemplar a diversidade existente no desempenho da paternidade;
- Tratar de conseguir uma maior implicação e autonomia dos pais nas suas tarefas educativas;
- Utilizar uma metodologia formativa, educativa e experiencial.

Este estudo teve algumas limitações. A sua especificidade geográfica não permite generalizar os resultados obtido à restante população portuguesa em risco psicossocial. Por outro lado, a inexistência de estudos de aferição para a população portuguesa dos instrumentos utilizados dificultou a comparação das pontuações obtidas com amostras comunitárias. Para colmatar esta lacuna, é indispensável realizar a validação destes instrumentos para a população portuguesa. Por outro lado, o facto de o estudo ser transversal impede determinar a existência relações de causalidade entre as variáveis estudadas. O facto de nos termos baseado apenas em medidas auto-descritivas e de termos utilizado apenas um instrumento para medir cada variável constitui outra limitação do estudo. Assim, os estudos futuros deverão incluir informação recolhida através de vários métodos (por exemplo, observacionais) e diversas fontes (incluindo outros membros da família).

Todavia, o presente trabalho constitui um contributo para a avanço do conhecimento sobre as famílias em risco psicossocial. A forma como os pais cuidam, educam e se relacionam com os seus filhos são aspectos com consequências e implicações de grande alcance, que afectam todos os indivíduos, e em consequência, toda a sociedade.

Agradecimentos

Este estudo foi parcialmente financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Referências

- Armstrong, M. I., Birnie-Lefcovitch, S., & Ungar, M. T. (2005). Pathways between social support, family well being, quality of parenting, and child resilience: What we know. *Journal of Child and Family Studies, 14* (2), 269-281.
- Azar, S. (2002). Parenting and child maltreatment. In M. H. Bornstein (Ed.). *Handbook of parenting. Biology and ecology of parenting*. (2nd ed., vol II, pp. 231-252). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Barrera, M. (1980). A method for the assessment of social support networks in community survey research. *Connections, 3*, 8-13.
- Benzies, K., & Mychasiuk, R. (2009). Fostering family resiliency: a review of the key protective factors. *Child and Family Social Work, 14*, 103-114.
- Brooks-Gunn, J., & Duncan, G. (1997). The effects of poverty on children. *The Future of Children, 7*, 55-71.
- Elder, G. H., Eccles, J. S., Ardel, M., & Lord, S. (1995). Inner-city parents under economic pressure: Perspectives on the strategies of parenting. *Journal of Marriage & the Family, 57*, 771-784.
- Hidalgo, V., Menéndez, S., Sánchez, J., López, I., Jiménez, L., & Lorence, B. (2005). *Inventario de Situaciones Estresantes y de Riesgo*. Documento não publicado, Universidade de Sevilha, Sevilha, Espanha.
- Hidalgo, V., Menéndez, S., Sánchez, J., Lorence, B., & Jiménez, L. (2009). La intervención con familias en situación de riesgo psicossocial. Aportaciones desde un enfoque psicoeducativo. *Apuntes de Psicología, 27* (2-3), 413-426.
- Johnston, C., & Mash, E. J. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical and Child Psychology, 18*, 167-175.
- Jones, T. L., & Prinz, R. J. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: a review. *Clinical Psychology Review, 25*, 341-363.
- López, F. (2008). *Necesidades en la infancia y en la adolescencia: Respuesta familiar, escolar y social*. Madrid: Pirámide.
- López, I., Menéndez, S., Lorence, B., Jiménez, L., Hidalgo, V., & Sánchez, J. (2007). Evaluación del apoyo social mediante la escala ASSIS: descripción y resultados

- en una muestra de madres en situación de riesgo psicossocial. *Intervención Psicosocial*, 16 (3), 323-337.
- Macedo, C., Nunes, C., Costa, D., Ayala-Nunes, L., & Lemos, I. (2013). Apoio social, acontecimentos stressantes, adaptabilidade e coesão em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 14 (2), 304-312.
- Menéndez, S., Hidalgo, V., Jiménez, L., Lorence, B., & Sánchez, J. (2010). Perfil psicossocial de familias en situación de riesgo. Un estudio de necesidades con usuarias de los Servicios Sociales Comunitarios por razones de preservación familiar. *Anales de Psicología*, 26 (2), 378-389.
- Nunes, C., Jiménez, L., Menéndez, S., Ayala-Nunes, L., & Hidalgo, V. (in press). Psychometric properties of an adapted version of the parental sense of competence (PSOC) scale for Portuguese at-risk parents. *Child & Family Social Work*. doi: 10.1111/cfs.12159
- Nunes, C., Lemos, I., Ayala-Nunes, L., & Costa, D. (2013). Acontecimentos de vida stressantes e apoio social em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 14 (2), 313-320.
- Palacios, J., & Rodrigo, M. J. (1998). La familia como contexto y la familia en contexto. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Coords.). *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid: Alianza Editorial.
- Rodrigo, M. J., Byrne, S., & Álvarez, M. (2012). Preventing child maltreatment through parenting programmes implemented at the local social services level. *European Journal of Developmental Psychology*, 9 (1), 89-103.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Correa, A. D., Martín, J. C., & Rodríguez, G. (2006). Outcome evaluation of a community center-based program for mothers at high psychosocial risk. *Child Abuse & Neglect*, 30 (9), 1049-1064.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Martín, J. C., & Byrne, S. (2008). *Preservación familiar. Un enfoque positivo para la intervención con familias*. Madrid: Pirámide.
- Rodrigo, M. J., Martín, J. C., Cabrera, E., & Máiquez, M. L. (2009). Las competencias parentales en contextos de riesgo psicossocial. *Intervención Psicosocial*, 18 (2), 113-120.
- Sanders, M. R., & Woolley, M. L. (2005). The relationship between maternal self-efficacy and parenting practices: Implications for parent training. *Child: Care, Health & Development*, 31 (1), 65-73.

